Projeto de Lei do Senado n° 100, de 2000

Autoria: Senador Lúcio Alcântara (PSDB/CE)

Iniciativa:

Ementa:

Dispõe sobre requerimento de informações relativo a procedimento instalado pelo Ministério Público sobre conclusões de comissão parlamentar de inquérito.

Assunto: Jurídico - Direitos e Garantias

Data de Leitura: 13/04/2000

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada por Comissão em decisão

Último local: -

Destino: À Câmara dos Deputados

Último estado: 09/01/2007 - AGUARDANDO DECISÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Despacho:

06/11/2008 (Despacho Inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Bernardo Cabral (encerrado em 05/06/2002 - Parecer Oferecido)

Senador José Fogaça (encerrado em 22/12/2014 -)

TRAMITAÇÃO

28/02/2007 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: Processo arquivado

09/01/2007 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação: AGUARDANDO DECISÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Ao PLEG, com destino ao Arquivo.

06/12/2005 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado ao processo cópia do Ofício PS-GSE nº 235/05 do Sr. Primeiro-Secretário da Câmara dos DEputados, acerca da tramitação da matéria.

13/05/2005 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Ofício SF nº 287/2005, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados solicitando informar tramitação da matéria naquela Casa.

09/08/2002 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

TRAMITAÇÃO

Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remessa OF. SF 911 de 07/08/2002, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 21 a 24).

07/08/2002 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 20).

07/08/2002 SF-SGM - Secretaria Geral da Mesa

Ação: Procedida a revisão do texto final (fls. 19).

À SSEXP.

06/08/2002 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: À Secretaria Geral da Mesa para revisão do texto final

06/08/2002 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: À SSATA para encaminhar à SSCLSF, para revisão do texto final.

05/08/2002 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 18:00 hs.

05/08/2002 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: APROVADA A MATÉRIA (DECISÃO TERMINATIVA)

Ação: A Presidência comunica ao Plenário o término do prazo sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

À Câmara dos Deputados.

À SSEXP.

Publicado no DSF Páginas 15035

02/08/2002 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término do prazo de apresentação de recurso.

26/06/2002 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Prazo para interposição de recurso: 27.06 a 02.08.2002.

Projeto de Lei do Senado n° 100, de 2000

TRAMITAÇÃO

25/06/2002 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura do Parecer nº 659-CCJ (Relator "ad hoc" Senador José Fogaça) favorável com a Emenda nº 1-CCJ (substitutivo).
É lido o Ofício nº CCJ/063/02-PRESIDÊNCIA/CCJ, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando aprovação em turno suplementar do substitutivo em reunião realizada em 5 de junho de 2002.
Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, para que que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

À SSCLSF.

Publicado no DSF Páginas 13116-13119

Publicado no DSF Páginas 13123

07/06/2002 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Anexei a fl. 16, legislação citada, no parecer.
Aguardando leitura do Parecer da CCJ.

05/06/2002 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Reunida a Comissão, nesta data, é definitivamente adotado o Substitutivo ao Projeto, nos termos do Art. 284, do R.I.S.F.
Anexado o Texto Final (fls. 13 e 14) e o Ofício nº 063/02-Presidência/CCJ (fl. 15).

À SSCLSF.

29/05/2002 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Reunida a Comissão, nesta data, é aprovado o Projeto, por unanimidade, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), relatado "Ad Hoc" pelo Senador José Fogaça.
Deixa de ser computado o voto do autor, Senador Lúcio Alcântara, consignando-se a sua presença para efeito de "quorum" (§ 8º, art. 132, do R.I.S.F.).
O Substitutivo será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 combinado com o art. 92, do R.I.S.F.
Anexado (fl. 12) cópia do Ofício nº 055/02-Presidência/CCJ, comunicando ao Presidente desta Casa, a aprovação do Substitutivo ao Projeto.

22/05/2000 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do Sen. Bernardo Cabral, com voto pela aprovação da matéria, na forma do substitutivo que apresenta.
Matéria pronta para pauta na Comissão.

19/04/2000 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Bernardo Cabral, para emitir relatório.

14/04/2000 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando recebimento de emendas e posterior distribuição.

TRAMITAÇÃO

13/04/2000 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 10:00 -Leitura
À Comissão de Const, Justiça e Cidadania em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado em avulsos.

Ao PLEG com destino à CCJ, para decisão terminativa.

Publicado no DSF Páginas 7242-7244

13/04/2000 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 05 (cinco) folhas numeradas e rubricadas.
À SSCOM.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 100/2000

Data: 13/04/2000

Autor: Senador Lúcio Alcântara (PSDB/CE)

Local: null

Descrição/Ementa: Dispõe sobre requerimento de informações relativo a procedimento instalado pelo Ministério Público sobre conclusões de comissão parlamentar de inquérito.